

Arthur Henrique Lux Lobo*

Introdução

As considerações que hão de vir, ainda que esboçadas em uma dimensão provisória, requerem, mesmo que num momento aparentemente precoce, apresentar as considerações daquilo que Gumbrecht (2015) apresentou nas linhas introdutórias de seu texto “Na senda de uma hipótese”: seja qual for a nossa forma de encontro com as coisas-do-mundo, manifestam-se nelas dimensões de presença. Assim como o autor, não negligenciamos a existência de um campo interpretativo das práticas que dão sentido aos objetos, mas destacamos essa outra dimensão que, de uma forma ou outra, denota possibilidades alternativas de experiência e análise. Tal pretensão coaduna com a percepção de que entre as coisas-do-mundo e às experiências interpretativas de sentido – por mais distintas que sejam –, estabelecem-se “marcas”, “orientações” e “experiências” que (re) definem as ações humanas nos distintos contextos históricos. E na “corporeidade dessas coisas-do-mundo” e de suas “presenças no presente”, especialmente no contexto brasileiro atual, parece-nos obrigatório não negligenciar a presença do passado e das narrativas (historiográficas, mnêmicas, monumentais, rememotivas...) que buscam compô-lo e/ou representá-lo.

É notório que nos últimos anos, precisamente em nosso contexto dito cada vez mais globalizado e sem filtros na veiculação de informações, o passado tenha sido alvo dos mais distintos discursos e narrativas. O mais surpreendente, entretanto, parece a desqualificação do discurso historiográfico frente a outras formas ou fontes narrativas sobre o passado, como os orientados pelos espaços públicos e/ou instituições/figuras públicas, assim como os testemunhos mnêmicos. Inaugurações de monumentos, menções honrosas à figuras do passado, discursos revisionistas ou negacionistas... É o reflexo do diagnóstico de Huyssen (2014), que destaca a instrumentalização e uso global das políticas e ações afirmativas da cultura e das políticas da memória.

Desenvolvimento

Em 02 de abril de 2019 foi publicado na plataforma do Youtube o documentário “1964 – O Brasil entre armas e livros”, idealizado e produzido pelo grupo midiático Brasil Paralelo. Atuando com a produção de documentários e obras audiovisuais de cunho político, além da venda de (dis) cursos em rede online, a plataforma do Brasil Paralelo funciona desde 2016, oferecendo diversos estudos em formatos de séries e documentários cinematográficos, possibilitando a aprendizagem de diversos assuntos, como economia, política internacional, entre outros temas. Com quase 7 milhões de visualizações no Youtube, a produção de 1964 propõe uma abordagem sobre o regime militar no Brasil, destacando “a verdade a partir dos novos documentos secretos que, agora, se fazem revelados”. Contando com depoimentos, relatos e testemunhos de figuras públicas/populares do Brasil, o documentário conta com mais de duas horas de duração, adotando uma construção narrativa sobre esse passado que, por exemplo, apresenta forte tom conspiratório, ignorando a cruel-

*Considerações do UOL. Disponível em <https://encurtador.com.br/qrX68>. Acesso: 15 Dezembro 2021. Análise de Cabine Cultural. Disponível em <https://encurtador.com.br/qtAX2>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

dade e violência militar do período, desqualificando movimentos e condutas de resistência ao regime. É aqui, portanto, que encontramos algumas considerações acerca do tipo de narrativa sobre o passado, e como ela se apresenta para o público, no contexto onde as “presenças” incomodam, mas que também passam a ser “modeladas”, “ressignificadas” nos discursos que as expressam.

Algumas críticas mais gerais acerca do documentário, expressas por canais de informação online no pós-lançamento¹, tenderam a classificar a produção como revisionista, articulando sua análise sob outros prismas, mais contextualizados em relação à época. Entretanto, essa mera caracterização parece superficial, ao passo do jogo narrativo e imagético articulado na produção. O enredo da produção é cercado por orientações que mesclam imagens supostamente históricas, jornais da época, documentos diversos e trilha sonora dramática, utilizando-se desses elementos para construir uma narrativa sobre o passado que assemelha-se à narrativa histórica, trazendo coerência narrativa-imagética na configuração de um aparente efeito de realidade.²

A simplificação de uma análise revisionista, porém, também limita diversas interpretações da produção de 1964. Buzalaf (2019) aponta para dois elementos constitutivos do documento que, com efeito, visam alterar fatos do passado e manipular suas narrativas:

1. A utilização de imagens de Sebastião Salgado. Quando aparece a primeira imagem do fotógrafo brasileiro, do livro Terra, que contém textos de José Saramago e um CD com músicas de Chico Buarque, o locutor anuncia que “Em 1962, já se sabia da existência de pelo menos oito campos de treinamento das Ligas Camponesas. Essa foi a semente que mais tarde seria o MST”. Porém, a imagem é de 1997, mais de dez anos depois da formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). A segunda imagem de Sebastião Salgado menciona a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) ao exibir uma foto feita em 1986, no garimpo de Serra Pelada, configurando o abuso de imagens para ilustrar uma narrativa coerente, porém historicamente manipuladas.

2. A localização de Antonio Gramsci na historiografia. O título do filme faz referência ao fato de que, segundo a narrativa construída, a esquerda teria deixado de lado as armas para atuar nos livros – ou seja, nas universidades e meios de comunicação. Porém, Gramsci aparece em um momento impossível da história. Com imagens que aparentam ser dos anos 1960, o narrador aborda Maio de 1968, e alega que foi quando “o fundador do Partido Comunista italiano passa a escrever Os Cadernos do Cárcere”, apesar de Gramsci ter morrido em 1937.³

Estima-se aqui recorrer, ao menos em um caráter interpretativo e (re)contextualizado, as colocações de Rancière (2014) sobre a apresentação dos documentos e das narrativas sobre o passado. Em fato, não considerando o ofício do historiador, mas utilizando-se de uma de suas formas de produção narrativa sobre o passado, o documen-

¹ Os nomes completos dos perfis dos usuários foram suprimidos. O destaque fica para a abordagem das ideias apresentadas por eles. Todos os comentários são públicos e foram extraídos do link oficial do documentário no youtube. Disponível em <https://encurtador.com.br/gyALV>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

² Buzalaf, *Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019). In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação*, p. 1 – 12.

³ Buzalaf, *Revisionismo ou negacionismo? A Ditadura Civil-Militar no Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019). In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação*, p. 05.

tário busca expressar certa legitimação acerca do que expressa sobre o passado. E não apenas expressa: traz à tona, testifica e legitima. Os ditos documentos secretos obtidos nos arquivos da StB vem para atestar um novo documento que permite a entrada de anônimos no universo dos falantes; as novas “descobertas” são, por si mesmas, expressas como o “próprio acontecimento”, constituintes de uma historicidade e memorialidade novas. Semelhante ao historiador descrito por Rancièrè (2014), são os entrevistados, os documentos, as imagens e as memórias que narram o passado que colocam-se em cena, expressando – em audiovisual – as novas narrativas que, segundo dizem, são bem mais do que narrativas: são o próprio passado, revisitado. Em uma (preocupante) releitura, o documentário apresenta o passado, pela força dos novos documentos e testemunhos que constituem uma “verdade” que são incapazes de, por si próprios, demonstrar: é a produção audiovisual de “1964: o Brasil entre armas e livros” que vai mostrá-la, colocando-a em cena numa narrativa coerente e, aparentemente, histórica.

Sobre os negacionismos e relativismos, que deslocam a narrativa do documentário de seu status revisionista, os exemplos são diversos:

- sobre a censura no período ditatorial no governo Médici, por Bernardo Kuster
 “É engraçado porque as pessoas falam em regime militar, e da ditadura e da censura, mas a primeira coisa: todas as publicações da Teologia da Libertação foram feitas durante o regime militar. Por que ela surge durante os anos 70, fora do Brasil, escorre para todo Brasil e para as comunidades eclesiais de base durante os anos 70, pós-AI-5, contamina o Brasil inteiro e nada acontece? Que ditadura é essa? (...) Eu digo: que ditadura é essa, cara? Então, não há essa censura como se fosse uma censura geral.” (1964 -, 2019)

Do ponto de vista epistemológico a historiografia tem, por ofício, um constante caráter revisionista, questionador: é no contraponto da relação das fontes, sua produção temporal e do contexto do historiador que lhe infere questionamentos, que o fazer histórico acontece. Entretanto, tal fragmento é posto de forma superficial, não revisionista, imputando uma perspectiva negacionista acerca de uma micro escala, no caso referido às publicações da Teologia da Libertação, produzindo certo sentido de validade para a macro escala da censura do período ditatorial brasileiro, negligenciando e negando os mais diversos níveis (e sentidos) de censura do período. Tais considerações, em certo sentido, expressam a força do que Mbembe (2019) caracteriza como “potência do falso”, colocando-se, no teor negacionista do documentário, como elemento catalisador da redefinição do passado ditatorial brasileiro, negando os pressupostos do saber historiográfico com o estabelecer de, a fundo, seu próprio negacionismo.

- sobre a relativização da censura nos espaços universitários, por Silvio Grimaldo
 “Tinha repressão de vez em quando. A polícia en-

trava nas universidades, prendia um estudante ou um professor que estava ligado na guerrilha. Mas nunca houve um movimento de repressão violento nas universidades, de fecharem cursos, de proibirem publicação de livros etc. Isso nunca teve.” (1964 -, 2019)

• sobre um regime de “meia-ditadura”, por Lucas Berlanza

“Então existe uma força, embora ela não tenha o poder total, ela não exerça o poder total, ela se sente no direito de obrar acima da Constituição. Então, você pode falar que há uma meio ditadura, vamos dizer assim, uma ditadura abstrata, uma ditadura eminente pairando sobre as regras. Então, essa ideia do terror da repressão era muito exagerada.” (1964 -, 2019)

Os dois trechos acima, por sua vez, também direcionam a narrativa do documentário para um ponto em comum: condicionar mais um efeito político para suas narrativas do que, propriamente, um efeito cognitivo, naquilo que Mbembe (2019) classifica como “pirâmide de certezas”. De maneira explícita negam os ataques às universidades e a classe dos professores universitários, alegando ainda que apenas grupos envolvidos nas guerrilhas sofriam algum tipo de violência, bem como minimiza os efeitos “práticos” das medidas ditatoriais, submetendo-as à uma mera abstração de caráter político-normativo. Nesses exemplos, com efeito, objetiva-se negar a repressão aos saberes e as marcas reais da repressão, carregando a superficialidade narrativa dos acontecimentos históricos ao discurso que orienta o passado brasileiro, na leitura do documentário.

Uma terceira via, também em perspectiva de semelhante negacionismo, equivale a naturalização da violência e dos horrores do regime ditatorial, invertendo a narrativa acerca dos efeitos dos acontecimentos. Sobre Ustra, por exemplo,

é tratado pelos documentaristas, em um dos trechos mais atrevidamente negacionistas do filme, como um simples “perseguido” pelos desejos de vendeta destes subversivos ressentidos pela derrota. O coronel teria sido açoitado por “não se curvar” aos esquerdistas e aos seus aliados. perversamente, a mensagem final da obra pode ser entendida como um lamento pelo que os militares não fizeram, isto é, por não terem executado e violentado ainda mais, para que a “esquerda” nunca mais tivesse a chance de “submeter” o país aos seus projetos ideológicos e políticos.⁴

Buzalaf (2019), por sua vez, argumenta que não existe argumento revisionista que se fundamente frente ao que propõe o documentário “1964: O Brasil entre armas e livros”. O filme mascara seu negacionismo, por exemplo, quando Olavo de Carvalho argumenta que o filme “dá voz a direita”, que não tinha espaço no âmbito cultural da Ditadura.

⁴AVILA, *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico*, p. 172.

O filme histórico, segundo o historiador inglês Peter Burke, é um ato de interpretação. As imagens estão sempre ancoradas com o tempo de

sua produção e, neste sentido, o filme 1964 – o Brasil entre armas e livros também reflete a necessidade de certos grupos alinhados a pensamentos conservadores registrarem narrativas que questionam e relativizam as atrocidades do período da ditadura brasileira, independentemente do rigor metodológico e científico que é constitutivo das abordagens historiográficas. É este o ponto que diferencia o revisionismo do negacionismo nas produções audiovisuais.⁵

As problemáticas negacionistas não são, apenas, um efeito perceptível do documentário do Brasil Paralelo. Elas fazem parte de um movimento marcado de nosso tempo presente, podendo ser encontrada em diversos espaços, mas que se articulam, em especial, ao espaço público. Avila (2021) indica ainda que tais discursos negacionistas estendem-se aos chefes de Estado, citando casos de Trump, Bolsonaro e Boris Johnson, que negaram os impactos destruidores da COVID no contexto da pandemia, ancorados em uma ampla rede de desinformação. E essas redes estão cada vez mais organizadas, fundamentando extremos negacionismos da realidade e, com efeito, do próprio passado histórico, implicando em efeitos adversos. Ao lidar com o passado essas correntes buscam deslegitimar outras formas de narrativa, impondo seus diferentes negacionismos, enquanto colocam-se como dotados de um novo saber. Quando contrariados, são enfáticos, defendendo a pluralidade de suas ideias, negando o passado histórico com seus próprios negacionismos.

Sob esta lógica, tudo que se opõe a elas é denunciado como “ideológico”, “político” e pertencendo a uma “conspiração doutrinadora”. É, por exemplo, o que declara um negacionista brasileiro, hoje ocupante de cargo público⁴, quando afirma que “o passado não é um patrimônio dos doutores em história, mas um patrimônio público” (no que, diga-se de passagem, concordo com ele) e um “tesouro” que precisa ser “resgatado” das mãos destes “guardiões”: “precisamos quebrar essa história!”, brada ele, para que ela possa ser contada “adequadamente”.⁶

Tais considerações já são, com efeito, uma preocupação aos historiadores. Afinal, tais percepções negam, mas ao mesmo tempo constroem, uma outra caracterização pública acerca do passado brasileiro. Com isso, ganham efeitos práticos, reais, para aqueles receptores que as produzem e reproduzem. E tais negacionismos encontram espaço, bem como podem se fortalecer, junto às percepções de seu sentido. Com efeito, é sempre retroalimentada a nossa relação entre passado, presente e futuro.

Além do discurso mnêmico e/ou narrativo do passado que se impõe para o público que o assiste, reconhecendo a perspectiva de Rancière⁷ acerca da potência do cinema documentário que se dedica ao “real”, assim como a força desse mecanismo na construção de um imaginário, os comentários públicos da mesma plataforma indicam a apropriação narrativa desse passado para a individualidade: o usuário “E. A.”, por exemplo, destaca que apenas hoje,

⁵BUZALAF, *Revisionismo ou negacionismo? A Ditadura Civil-Militar no Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019). In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação*, p. 10.

⁶AVILA, *Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico*, p. 165.

⁷Rancière, *A partilha do sensível: estética e política*, p. 57.

aos seus setenta e sete anos de idade, observa um documentário que retrata com fidelidade tudo aquilo que ele mesmo viveu na época; “C. Z.” reflete que viveu tudo isso no período, e que hoje o Brasil está em boas mãos, visto seu atual presidente ter ligação com os militares e suas ideias; “M. S.”, dito acadêmico de História, também reflete seu apreço ao documentário, destacando que fará a exibição do mesmo para todos os seus alunos; “R. M.” aponta nunca ter aprendido História, apenas historiografia marxista; ou ainda, “L. N.”, que destaca a neutralidade e eficiência da narrativa, contemplando a informação do que realmente ocorreu no período militar, algo que nunca vai acontecer nas escolas. Em acréscimo, é nesse campo que inferimos análises que perpassam discussões teóricas: o documentário, enquanto construção narrativa de uma memória do passado, tal como as manifestações refletidas nos comentários públicos, podem representar a apropriação individual ou coletiva de um passado idealizado.

Nesse sentido, quais preocupações carregam tais usos, apropriações e (res)significações do passado para os historiadores e contexto atual? Em mesma medida, por que “alguns passados tendem a não passar”, resultando em constantes (re)visitações no tempo presente? Depois do destaque dado a receptividade e produção do documentário “1964: O Brasil entre armas e livros”, bem como em relação as inferências anteriores, esboçaremos algumas considerações acerca do fazer historiográfico, das narrativas do passado e das memórias e sua recepção no presente.

No campo historiográfico, são inegáveis as contribuições que as discussões teóricas e metodológicas alcançaram a partir da consideração da centralidade da memória e das narrativas sobre o passado nas discussões e debates, fomentando reflexões que, mais especificamente, foram configurando um campo específico dentro da historiografia contemporânea. Não que as discussões tenham – de alguma forma – saído do escopo das preocupações que circundaram as bases epistemológicas da ciência histórica de tempos idos, mas observa-se o destaque de um referencial mais robusto, em especial a produção ocidental, a partir de meados do século XX, quando muitas das estruturas e certezas (sociais e) humanas estavam abaladas pelo findar da Segunda Guerra Mundial e pelos terrores do holocausto. Esses eventos levantaram reflexões intensas, pautadas no (re)pensar sobre quais legados, individuais e coletivos, o passado impunha, sublinhando no homem contemporâneo a urgência de compreender a memória com fins de reconhecimento de identidades, semelhanças e diferenças, para compreender a si e ao outro. O interesse pelos traumas (e também ressentimentos) daquele contexto contribuíram para emergir a importante noção de que os nossos sentimentos – e interpretações – assinalavam posições (individual ou coletivamente construídas sobre o passado) perante e sobre o mundo contemporâneo⁸. E é nesse espaço, intimamente pessoal da memória – embora (re)orientado pela experiência coletiva dos indivíduos – que a incorporação da análise do passado, pelo historiador, tende a desafiar e acrescentar. O historiador, hoje muito questionado e desprestigiado em contextos diversos, é o profissional capaz de munir-se, como idealizado por Duby⁹, de todas as possíveis falas sobre o que não apenas o fato, mas também o seu advento, é capaz de suscitar.

⁸Bentivoglio; Duran, *Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea*.

⁹Duby, *A história continua*, p. 109-110.

Pois é nisto que o acidente factual pode nos interessar, a nós historiadores das estruturas. O fato explode. Seu choque repercute no mais profundo, e cabe esperar que venha à tona, emanando na penumbra onde costuma estar encoberta, uma quantidade de fenômenos que não falamos em voz alta no decorrer habitual da vida. Ora, enquanto falamos, do fato, em muito ao ruído que fez e à insólita inflação do discurso, faz-se alusão a que ali há certas coisas tão simples e banais que ninguém pensa em notá-las e que por esse motivo nos escapam, a nós historiadores. Além disso, quando o fato é importante, fala-se dele, e o que a seu respeito se diz vai sendo aos poucos transformado, no complexo jogo a memória e do esquecimento. Tais modificações ainda são reveladoras, para nós, dessas forças obscuras que atuam sobre a memória ao longo das gerações.¹⁰

A objetificação da memória e das narrativas do passado, com efeito, levam o historiador a duas mínimas percepções (e, por conseguinte, preocupações): de um lado as experiências individuais dos homens, suas relações e experiências – culturais, sociais, econômicas e demais interações pessoais com o mundo exterior – pautadas nas possibilidades e na historicidade de seu tempo e espaço; e de outro a complexa rede de estruturas discursivas externalistas ao próprio ser, que perpassam, compõem, selecionam e constroem a(s) realidade(s) histórico-cultural(is) da sociedade onde este indivíduo está inserido. Nesse sentido, inferir análises às condições estruturantes das narrativas (de memória) e dos discursos sobre o passado possibilitam o revelar de micro e macro manifestações sobre as relações dos homens e suas experiências no tempo, e, logo, da própria dimensão histórica. Entendemos que as micro manifestações, reveladas nas experiências individuais dos homens, em um sentido que ultrapassa as percepções de Duby acerca da memória que não se enquadra em um período histórico particular, são consideravelmente dotadas da capacidade de (re)criarem interpretações singulares das relações do indivíduo com seu tempo e, portanto, (res)significarem as próprias experiências com a História, tal como as macro manifestações que, em termos gerais, se evidenciam em uma narrativa historiográfica mais ou menos compactuada pelos pares e/ou referenciais epistemológicos. Tais percepções, todavia, não resolvem a problemática de suas instâncias, ao passo de que, do ponto de vista epistemológico, “o indivíduo puro” não pode ser perfeitamente isolado. É a dificuldade de estabelecer a fronteira clara entre o que classificamos e observamos como “indivíduos” porque, nos contextos, eles se confundem.

A consideração dos elementos de alteridade que nos colocam a pensá-los relacionalmente, o que implica na admissão de que um indivíduo não é apreensível sem o outro, e que, por fim, não existe sem o outro. Em mesma medida nos deparamos com a problemática da própria sociedade, ao tentar analisar uma dita totalidade que perfaça uma “unidade dotada de sentido”. Portanto, aos historiadores é necessário, ao mesmo tempo em que desafiador, inferir certo nível inteligível acerca do que, com efeito, existe além

¹⁰ DUBY, *A história continua*, p. 110.

do(s) indivíduo(s) e do “eu”, ao passo de que é grande a dificuldade em compreender o que ele(s) é (são) e em que medida se separa de quem o(s) evoca(m), dado que as chaves conceituais e afetivas que as constituem são incrivelmente diversas ao longo da história humana. Ainda nesse sentido, apontaremos, a seguir, elementos que constituem ao fazer historiográfico, frente aos outros discursos sobre o passado, caminhos e possibilidades.

A distinção entre história e memória, para Paul Ricoeur, não finda - em si mesma - as possibilidades de investigação da ciência histórica tomando como objeto a memória e outros discursos sobre o passado/tempo, sendo possível - guardadas as devidas considerações - algumas inserções dialógicas. Para Ricoeur, a História deve ser capaz de apontar outra representação do passado, para além daquela proposta pela memória (individual ou coletiva). Ela deveria ser crítica para frisar, coordenar e sintetizar as considerações sobre o passado, equacionando os pesos carregados pela(s) memória(s) ao mesmo passo em que os mensura e corrige. Como um médico ou sacerdote da memória, a ciência histórica deve ser capaz de analisar criticamente as situações traumáticas, tendenciosas e limítrofes.¹¹

Nos últimos meses da história do Brasil, mais especificamente após a eleição presidencial de 2018, temos observado diversos discursos entoados por figuras públicas da política nacional, ou também em espaços de divulgação de jornais e mídias alternativas, que parecem evocar determinadas memórias e colocações sobre o passado brasileiro que, em aspectos gerais, divergem ou minimizam o caráter científico e de validação das principais correntes historiográficas nacionais acerca da nossa própria história. Tais memórias, que se transferem para determinada coletividade por meio destas formas de discurso - principalmente do eleitorado, do porta-voz e/ou canal de informação -, contribuem para que seletivas e incompletas, para não dizer subjetivas e meramente íntimas, versões sobre o passado possam, na receptividade das experiências individuais da população, inculcar ou reforçar o espectro das memórias coletivas, corroborando para os atuais processos de “revisão histórica” ou, o ainda mais perigoso e destrutivo, negacionismo histórico. O contexto brasileiro atual produz certos elementos que, em uma primeira instância, podem parecer insignificantes, mas as proporções relacionadas às apropriações desses elementos são preocupantes: são discursos políticos, narrativas fílmicas, reducionismos factuais, simplificações estratégicas que buscam silenciar e desprezar as bases epistemológicas do olhar e do trabalho do historiador, colocando até mesmo em cheque seu espaço de formação acadêmica e a relevância das humanidades dentro do espaço universitário. E se o presente é “incomodado” pela presença das coisas-do-mundo, reconhecemos aqui uma dentre as possíveis visibilidades dessas “presenças no presente”:

Essa dimensão política da comemoração foi acompanhada, no Ocidente, por uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado, através de ondas de nostalgia e moda retrô.¹²

¹¹ Ricoeur, 2007; Loriga, 2009; Bentivoglio; Duran, 2013.

¹² Huysen, *A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York*. In: Huysen, Andreas; Ribeiro, Vera. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, práticas da memória*, p. 139.

Discursos sobre o passado, produzidos no contexto brasileiro atual, articulam sombras de um passado que parecem se projetar em torno de um novo horizonte: o presente que parece se alargar, em perspectiva alinhada a Gumbrecht (2015), relaciona-se também com o passado e o futuro, marcando e/ou construindo presenças que organizam novas formas de relações e interpretações dos homens com seu tempo. Tal constituição remete a um novo cronótopo da vida globalizada do século XXI.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925 – 2017) dedicou grande parte de suas contribuições teóricas na composição e caracterização do contexto histórico que denominou “modernidade líquida”. Tal denominação é simbólica, ao passo que – em sua análise – a queda do muro de Berlim representou o (início do) fim de muitas das “certezas” que, desde o seu forjar no longínquo século XV, garantiam a “solidez” estrutural do mundo. A desintegração desse antigo modelo “sólido” de composição social, cultural e econômica resultaram, pós-Guerra Fria, na ausência de modelos e sistemas com configurações universalmente válidas, impactando a vida das pessoas e, com efeito, das gerações vindouras. A “modernidade líquida”, portanto, carrega na simbologia da “liquidez” as incertezas pelas quais os homens (re)orientam suas vidas, em uma onda extremamente veloz e impactante de transformações em todas as áreas. Com o findar do (aparente positivo) fluxo natural de desenvolvimento tecnológico e supremacia da razão (a exemplo das tecnologias envolvidas nas bombas atômicas da Segunda Guerra Mundial e da(s) crise(s) da democracia), as indefinições e inseguranças modelam o comportamento humano, e nenhuma esfera – orgânica e inorgânica – do espectro social parece se sustentar e garantir-se inflexível. E os exemplos são variados: economia, trabalho, relacionamentos, política, amor, tecnologia, religião – tudo é modelado no (e para o) presente, gerido com a(s) incerteza(s) do amanhã. A unanimidade do “viver o presente” fez-se característico na esfera social e pessoal, em uma primeira instância.¹³

“E se a memória mais não fosse um produto da imaginação?”. A citação de Le Goff¹⁴ sobre André Breton, em passagem do Manifesto do Surrealismo, parece ser interessante aporte para nossa discussão. Pensar a constituição não apenas das memórias, mas também de outras formas de discurso e narrativas sobre o passado, é necessário para inferir acerca de intencionalidades ou interesses em relação às presenças de passado que marcam o presente. O saudosismo, o sentimento de vivência de bons tempos e as boas lembranças do “passado narrado”, “revisitado” ou “negado”, porém, se chocam com as gerações que coexistem no atual regime de temporalidade, que podem negar ou reforçar narrativas, sendo tomadas como legítimas tal como, se não mais, a historiografia. A problemática é maior quando reconhecemos que, com o passar do tempo e continuidade desse cenário, os discursos daqueles que vivenciaram ou escreveram sobre o passado, podem ser silenciados pela força simbólica constitutiva de outras histórias sobre o passado, carentes de referencial epistemológico. Esses novos discursos, em uma perspectiva teórica que necessita de continuidade de análise, dão espaço para uma discussão aparentemente inédita: produzem memórias e narrativas sobre o passado não meramente contextualizadas no cam-

¹³Bauman, *O mal-estar da pós-modernidade*.

Bauman, *Modernidade líquida*.

Bauman, *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*.

Bauman, *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*.

Bauman, *Vida líquida*.

¹⁴ Le Goff, *História e memória*, p. 427.

po do tempo passado, vivido, rememorado, mas constituem memórias e passados igualmente relevantes no presente e carregadas para (possíveis) interpretações e expectativas futuras. Essa discussão demanda certa operação reflexiva e de elementar inferência, no que tange a sua inteligibilidade.

O contexto brasileiro dos últimos anos fomentou discussões acerca dos aspectos positivos e/ou negativos da intervenção militar, refletindo em posições contrárias ou favoráveis ao período militar, nas diversas esferas. O período da Ditadura Militar é, recorrendo à perspectiva de Gumbrecht (2015), uma presença que marca e (re)orienta o presente. A seleção e divulgação pública de um seletivo passado por meio do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” também condiz com a atual conjuntura política e social do Brasil, que viu a eleição presidencial de um candidato conservador, com passado e ligações particularmente fortes com o exército e com formas de militarismo, evocando um elo com passado que se justificava ao presente e que se projetou como possibilidade futura. Com efeito, o princípio de legitimidade da utilidade e valoração do passado “revisado e/ou negado” no presente nos leva ao (mínimo) levantamento hipotético de que o mesmo é organizando a partir de uma noção de expectativa, onde o presente não se justifica no mero diálogo interpretativo do passado coletivo, mas sim em sua ruptura, razão pela qual vislumbramos a consideração de estendê-lo também ao “admir” – conceitualmente situado no tempo futuro.

É o pensar da memória em uma abordagem relacional e psicanalítica, conforme Gondar (2008), que pressupõe que o passado mnêmico, seja individual ou coletivizado, pode ser tanto evidentemente recordado quanto eficazmente reinventado. Isso nos levaria para um deslocamento, em primeira instância, do princípio dialógico do tempo para um passado que se presentifica, enquanto referencial de análise, e que também pode se especular como retorno, na projeção do futuro. Aí se apresenta o ineditismo: memória(s) e discurso(s) do passado que não se limita(m) apenas ao tempo vivido, recordado, enquadrado em um momento “que já se fora”; é uma construção sobre o tempo passado, que se presentifica e atribui valor de expectativa na modelagem do futuro, pautado em referenciais ou (re) construções acerca do passado.

A observação das presenças do passado que (re) orientam o presente também operam, em caráter dialógico, com as teorias baumanianas a partir da tradução póstuma – em língua portuguesa – da obra *Retrotopia* (2017). Ao apontar para a volta ao passado na era da nostalgia, Bauman destaca como a liquidez característica de nosso tempo histórico distanciou as relações entre o poder e a política, resultando em um modelo social pautado na ausência de referenciais e esperanças na felicidade vindoura, anteriormente estabelecidas em um futuro a ser construído e/ou alcançado. É o distanciamento da projeção de felicidade em um lugar idealizado no tempo futuro – como na utópica ilha de Thomas More – que contribui para a glorificação de tempos, práticas e projetos do tempo passado. É também nesse espectro de ideias e ideais do passado que os extremismos, como os nacionalismos exacerbados e o fechamento de fronteiras, recuperam espaços e se fixam nos referenciais coletivos¹⁵. Embora não trate especificamente

¹⁵ Bauman, *Retrotopia*.

das narrativas e memórias sobre o passado – ou de suas relações com as visões historiográficas –, as contribuições baumanianas em *Retrotopia* crescem à nossa discussão, ao passo de que exemplificam de que forma os discursos, visões e narrativas do passado podem interpelar nas projeções humanas do próprio passado no tempo presente e futuro, corroborando para a percepção da resignificação e do deslocamento conceitual da(s) memória(s) – individual e coletiva – e narrativas sobre o passado no tempo presente.

Para os historiadores e para a historiografia, manifestamos a relevância do pensar nessa articulação de proposta de análise histórica, que ultrapassa a abordagem fenomenológica da mera narrativa do passado ao presente, partindo do pressuposto de que a recepção dessas memórias e narrativas reorientam a relação do indivíduo com o passado, problematizando o presente e deslocando a relação tempo-passado – muito característica das discussões historiográficas – para uma projeção de expectativa retornável no tempo-futuro. Em inferência, cabe-nos analisar a sua plausibilidade a partir da consideração de que nenhum elemento recursivo das construções narrativas ou mnêmicas do passado – seja ela coletiva ou individual – é carregado de inocência ou neutralidade. Pelo contrário, é a partir da imparcialidade recursiva do indivíduo e do coletivo que endossamos as discussões desta pesquisa, que visa esboçar a existência de configurações inteligíveis. É o movimento, esboçado nos referenciais teóricos de Certeau¹⁶, que leva a historiografia a lutar contra as fabulações, os mitos e as lendas da memória, mas que – acrescentamos – levam-nos a (re)visitar as (re)configurações do próprio objeto conceitual que é o passado. Ainda que memórias ou narrativas não reflitam contextos e determinismos históricos, cabe-nos, nesse sentido, considerar e problematizar a essência e os valores daquilo que Gagnebin¹⁷ chama de “rastros”, ou seja: aquilo que, dentro da superficialidade e imparcialidade da receptividade dos homens e de suas memórias, reflete de tensão entre a presença e a ausência da História e do passado. Relação de presença e ausência que permeia unicamente os indivíduos no que tange sua(s) ações/reações, agregando reflexões no campo da ciência histórica.

Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro.¹⁸

Conclusões

Discussões complementares fazem-se necessárias, com efeito, no analisar do possível deslocamento mítico, infundado, idealizado que tende a ser recursivamente característico da receptividade das narrativas sobre o passado, ao passo de que as experiências dos indivíduos no tempo, conceitualmente fragilizadas e carregadas de rastros individuais e/ou coletivos, não expressam a exatidão dos tempos idos: seja pelo campo sensível das experiências humanas, ou pelo princípio de historicidade dos homens,

¹⁶ Certeau, *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, p. 45.

¹⁷ Gagnebin, *Lembrar escrever esquecer*, p. 44.

¹⁸ Gagnebin, *Lembrar escrever esquecer*, p. 44.

o passado pode projetar-se enquanto uma ilusão, não refletindo a exatidão das experiências e dos contextos históricos vividos e/ou existentes. (Quase como uma) Natural consequência, o deslocamento do passado projetado como expectativa de retorno no tempo-futuro gera uma dupla ilusão: a da rememoração do passado, que é (res)significado na experiência humana a partir de um referencial questionável de História e de historicidade; e a própria expectativa de retorno no tempo-futuro, que não se idealizará em nenhum alcançável (e possível) presente pois, ao pertencer ao tempo-passado fragilizado (e por que não fabricado?) do indivíduo, não se concretizará. É, em certa medida, o diálogo filosófico acerca da idealização da experiência do passado com aquilo que Badiou (2017) trata de “real-real” e de “real-imposição/imaginário”, a partir da experiência humana.

A angústia dos homens, tratada na base psicanalista, desvenda-se a partir do tratamento/enfrentamento do real¹⁸. E no cenário do tempo presente, onde as angústias e incertezas se mostram aterrorizantes aos homens do tempo presente, os indivíduos idealizam (ou mais passivamente recebem) um imaginário sobre o passado, no qual estabelecem um “porto seguro”. A ressignificação do passado, por consequência, também carrega as mesmas seguranças que podem deslocá-la para o tempo-futuro. Aqui a necessidade de novas inferências, frente a idealização de um passado-no-futuro que nunca se concretizará.

Para Badiou¹⁹, o real se revela na ruína do semblante, do aparente... E se o presente ou futuro parecem agressivos, o passado se fortalece: para não significar o real – ou seja, a historicidade do tempo presente ou a visão do passado tal como ele foi – o passado se idealiza no regresso ao conforto do útero, onde o ser humano se torna invencível e tomada por vida.

Outra inferência na abordagem diz respeito as dificuldades, e por vezes ausências de intencionalidades, do ato de rememoração e projeção do passado. Tal inteligibilidade, por sua vez, tende a exigir do historiador, dada a dimensão humana de experiência e de relação com o passado histórico. Badiou (2017), ao dialogar sobre as distinções entre o real e o semblante (significado aparente/idealizado do real), aponta elementos discutíveis que aqui se somam a nossa análise.

Através desses zigue-zagues, chegamos ao seguinte importante enunciado: todo acesso ao real é também sua divisão. Não existe o real que se trataria de depurar do que não é ele, e de maneira necessária, uma divisão, não apenas do real e do semblante, mas também do próprio real, visto que há um real do semblante.²⁰

Ora, no movimento de rememoração ou recepção do passado encontramos a fugacidade das incertezas, dividindo espaço entre “o que é História” e o que é “construção”, ao passo de que a narrativa do passado se configura como um “elemento indissociavelmente real” para o indivíduo. É o reconhecimento de que “a máscara do passado”, pela qual interpreto o tempo-presente e projeto o tempo-futuro (tanto a mim, como ao outro), se constitui como um real originalmente individual, reforçando as seguranças e re-

¹⁸Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 14.

¹⁹Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 22.

²⁰Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 24.

sultando em maior dificuldade de rompê-lo ou enxergá-lo (como aparente, como semblante, como construção).

Aqui crescemos e manifestamos a necessidade do ofício reflexivo do historiador que objetifica as narrativas do passado do/no tempo presente a partir de dois pressupostos – igualmente relevantes: “o real, nesse caso, é o que vem assombrar o semblante”²¹, tornando possível que a máxima, a lógica e a reflexão teórico-histórica questione tanto as narrativas sobre o passado como suas (res) significações; em mesma medida que sua investigação histórica compreende que “o real é sempre aquilo que se descobre ao preço de que, o semblante que nos subjuga, seja arrancado”²² nesse árduo processo de inferências e análises históricas dos pesquisadores que não podem negar as resistências e o lugar estabelecido das novas formas de imposição narrativa sobre o passado.

É também no campo multidisciplinar do historiador do tempo presente que a relação dialógica com as formas das artes, das composições e conceituações do campo da memória, das narrativas legitimadoras das ciências humanas, que as múltiplas (divergentes, convergentes ou inéditas) considerações sobre um mesmo objeto comum rendem frutos: o (re)pensar sobre os homens e suas relações (individuais e coletivas) com o passado e o tempo. E a advertência, aos desavisados historiadores que trabalham no campo do presente, é igualmente desafiadora: é em nosso mundo, afinal, que observamos a ampliação das formas de narrativa sobre o passado; é também em nosso mundo que “o semblante adquiriu tamanho vigor que cada um de nós pode viver, e desejar viver, como se estivesse a salvo de tudo aquilo que poderia ser um efeito real”²³ na História, inferiorizando nossas responsabilidades e posicionamentos enquanto agentes sociais de transformação.

Ainda que nos debruçemos em uma perspectiva neoplatônica (eventualmente julgada como ambiciosa), a perspectiva de Badiou nos inscreve em discussões centradas em torno das outras narrativas sobre o passado que, com efeito, entrelaçam-nos à espaços pertinentes ao campo teórico e filosófico da própria História, na medida em que nosso “fazer historiográfico” reside no questionamento e no cruzamento dos objetos, fontes, e outras variáveis existentes nas relações entre os homens e o tempo. É, também, uma discussão especulativa de valor político, em torno da compreensão e contribuição da História, frente a outros discursos e saberes científicos da contemporaneidade.

O regime da atividade do historiador, ainda que inserido em uma performatividade da linguagem, deve reconhecer sua relação tênue e crítica com o “real”, na medida em que articula-se em expedientes precários e parciais. Produzimos, nesse contexto, relações a partir de conceitos de universalidade circunstanciais e instáveis, mas inegavelmente envoltos em uma abordagem crítica e de inferências ao que, mesmo precariamente, se torna possível vislumbrar desse “real”. A diferença entre o discurso que o historiador profissional produz e aqueles que operam no regime de narrativas ou memórias do passado é que, para o primeiro, existe a obrigação profissional e metodológica de cruzar, ainda que de forma mais ou menos bruta, implicações autocríticas acerca dos próprios valores universais do sujeito com valores de outros sujeitos e de outras fontes inteligíveis, que se mostrem diferentes. Ainda que “não ne-

²¹ Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 22.

²² Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 27.

²³ Badiou, *Em busca do real perdido*, p. 44.

cessariamente falsos”, os discursos narrativos ou mnêmicos sobre o passado podem revelar o acesso a um “semblante” configurado em experiências radicalmente diferentes do conhecimento histórico. É por isso que elas precisam ser “contextualizadas” e costuradas em uma série documental rigorosamente inferida, visto que ilustram aspectos diferentes de um conjunto de experiências cuja personalidade se desloca do contexto histórico. Em uma perspectiva benjaminiana, não se trata de tentar reconstruir a história e o passado tal como eles foram, mas de reconhecer a responsabilidade ética com o passado e a função política e científica atrelada ao fazer historiográfico.

Referências

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 42, p. 161-184, 2021.

BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENTIVOGLIO, Julio; DURAN, Maria Renata da Cruz. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. *Dimensões*, n. 30, p. 213-244, 2013.

BRASIL PARALELO. 1964: O Brasil entre armas e livros. Produção: Brasil Paralelo. Brasil, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 15 Dezembro 2021.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou negacionismo? A Ditadura Civil-Militar no Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019)”. In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém/PA, 2019. *Anais do 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belém: Intercom, 2019. p. 1 – 12.

CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DUBY, Georges. *A história continua*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São

Paulo: Ed. 34, 2006.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, v. 7, n. 13, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York. In. HUYSSSEN, Andreas; RIBEIRO, Vera. Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, práticas da memória. Contraponto, 2014.]

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In. GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. Memórias e narrativas (auto)biográficas. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. Os nomes da História: ensaio de poética do saber. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RESUMO O artigo propõe a problematização de discussões conceituais e teóricas acerca das narrativas do passado no tempo presente e seus tensionamentos em relação ao passado histórico. A partir de inferências preliminares acerca de elementos constitutivos do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, que é colocado enquanto um discurso revisionista da História, apontaremos características que, ao contrário, lhe realocam enquanto produtor de uma narrativa negacionista. Destacamos como o documentário constrói narrativas que se aproximam, em caráter expositivo e construtivo, das narrativas históricas, trazendo coerência na produção narrativa e imagética, criando um efeito de realidade e experiência histórica. Tais observações endossam, nas percepções coletivas acerca do passado, o modelar do movimento aparentemente inédito de um objeto-fenômeno do tempo presente: o movimento recursivo da interpretação e recepção do passado que se desloca da estreita relação de rememoração e existência no tempo-passado em direção a projeção especulativa de um passado (mítico, idealizado, fabricado ou experienciado) no tempo-futuro. As contradições e problemáticas desse movimento de deslocamento narrativo e interpretativo do/sobre o passado, seja a partir do espectro da História ou de outras narrativas, apontam distintos desafios para o historiador do tempo presente, ao passo que sua inteligibilidade caracteriza a evidência de uma nova forma de conexão dos homens às suas experiências de passado, presente e futuro.

PALAVRAS-CHAVE História do Tempo Presente, Memória, Filosofia da História.

ABSTRACT

This article proposes the realization and problematization of conceptual and theoretical discussions about the narratives of the past in the present time and their tension related to the historical past. Based on preliminary inferences about the constitutive elements of the documentary “1964: Brazil between weapons and books”, which is placed as a revisionist discourse of History, we will point out characteristics that, on the contrary, reallocate it as a producer of a negationist narrative. We highlight how the documentary builds narratives that approach, in an expository and constructive character, the historical narratives, bringing coherence in the narrative and imagery production, creating an effect of reality and historical experience. Such observations endorse, in the collective perceptions about the past, the modeling of the apparently unprecedented movement of an object-phenomenon of the present time: the recursive movement of the interpretation and reception of the past that moves away from the close relationship of remembrance and existence in the past-time in towards the speculative projection of a past (mythical, idealized, manufactured or experienced) in the future-time. The contradictions and problems of this movement of narrative and interpretative displacement of / about the past, whether from the spectrum of history or other narratives, point to different challenges for the historian of the present time, while its intelligibility characterizes the evidence of a new way of connecting men to their experiences of past, present and future.

El artículo propone la problematización de discusiones conceptuales y teóricas sobre las narrativas del pasado en el presente y sus tensiones en relación con el pasado histórico. A partir de inferencias preliminares sobre elementos constitutivos del documental "1964: Brasil entre armas y libros", que se ubica como un discurso revisionista de la Historia, señalaremos características que, por el contrario, lo reubican como productor de una narrativa negacionista. Destacamos cómo el documental construye narrativas que se acercan, en carácter expositivo y constructivo, a las narrativas históricas, aportando coherencia en la producción narrativa e imaginaria, creando un efecto de realidad y vivencia histórica. Tales observaciones avalan, en las percepciones colectivas del pasado, la modelización del movimiento aparentemente inédito de un fenómeno-objeto del tiempo presente: el movimiento recursivo de la interpretación y recepción del pasado que se mueve desde la estrecha relación de recuerdo y existencia en el tiempo pasado en él dirige la proyección especulativa de un pasado (mítico, idealizado, fabricado o experimentado) en el tiempo futuro. Las contradicciones y problemas de este movimiento de desplazamiento narrativo e interpretativo de / sobre el pasado, ya sea del espectro de la Historia o de otras narrativas, apuntan a diferentes desafíos para el historiador de la actualidad, mientras que su inteligibilidad caracteriza la evidencia de un nuevo camino. de conectar a los hombres con sus experiencias pasadas, presentes y futuras.

RESUMEN

Historia de la actualidad, Memoria, Filosofía de la historia.

PALABRAS CLAVE

ARTHUR HENRIQUE LUX LOBO

Recebido: 15/12/2021

Aceito: 08/03/2022